

Advogados são profissionais da Justiça mais bem avaliados

Advogados são os profissionais do sistema de justiça mais bem avaliados pelos brasileiros. Já os ministros do Supremo Tribunal Federal são os mais criticados pela sociedade. Isso é o que aponta o "Estudo Sobre o Judiciário Brasileiro", feito pela Fundação Getúlio Vargas, sob encomenda da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Reprodução



Advogados são considerados confiáveis pela população brasileira

A atuação dos advogados é considerada boa ou ótima por 45% das pessoas. Outros 39% a consideram regular, e 13% opinam que ela é ruim ou péssima. Em segundo lugar vêm os defensores públicos, que têm análise boa ou ótima de 35% dos brasileiros, regular de 40% e ruim ou péssima de 20%.

Integrantes do Ministério Público e juízes possuem avaliação semelhante: 31 e 32%, respectivamente, de classificações boas ou ótimas, 42 e 41% de regulares e 22 e 24% de ruins ou péssimas.

Quanto mais alta a instância em que o magistrado atua, pior a sua análise. Desembargadores são considerados bons ou ótimos por 27% da sociedade; ministros do Superior Tribunal de Justiça, por 24%, e ministros do STF, por 22%. Estes magistrados têm o maior percentual de avaliações ruins ou péssimas: 32%. Integrantes do STJ são considerados insatisfatórios por 29% dos brasileiros, e desembargadores, por 23%.

Papel do Judiciário

Advogados e defensores públicos têm uma visão mais positiva das contribuições do Judiciário para o Brasil do que a população em geral. Com relação ao combate à corrupção, 83% dos defensores e 62% dos advogados acreditam que a Justiça ajuda. Entre a sociedade, 49% pensam da mesma forma, sendo que 29% pensam que o Judiciário atrapalha a luta contra esses crimes. Para 17%, não há interferência. A avaliação sobre o combate à violência é semelhante.

Quanto à redução da pobreza, há disparidade entre os três grupos. Os defensores públicos seguem sendo os mais elogiosos da contribuição do Judiciário: 59% entendem que a Justiça ajuda a diminuir a miséria no Brasil. Esse índice cai para 18% entre os advogados. Na classe, 65% opinam que o Poder não

interfere na questão. Na população em geral, 39% têm a mesma opinião, enquanto 29% avaliam que a contribuição é positiva para a redução da pobreza, e 26% a enxergam como negativa.

Clique [aqui](#) para ler o estudo

Date Created

05/12/2019